

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ALAGOA GRANDE/PB

Cilene de Sousa Agostinho (UEPB/CH/Campus de Guarabira/Bolsista do Pibic/Cnpq)

Leonardo Sousa da Silva (UEPB/CH/Campus de Guarabira/Bolsista do Pibic/Cnpq)

Luís Carlos Oliveira da Silva (UEPB/CH/Campus de Guarabira/Bolsista do Pibic/Cnpq)

Maria de Fátima de Sales Silva (UEPB/CH/Campus de Guarabira/Bolsista do Pibic/Cnpq)

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/CH/DH/NEABI)

Este texto é resultado do projeto de pesquisa **Práticas Pedagógicas de Professores (as) na Perspectiva da Educação para as Relações Etnicorraciais em Escolas de Educação Básica – Paraíba: 2003/2013** que tem como propósito analisar a prática pedagógica dos (as) professores (as) em escolas públicas localizadas na cidade de Alagoa Grande, Paraíba.

No ano de 2013 a Lei 10.639/2003 completou dez anos em vigor, porém, pouco se sabe a respeito do seu cumprimento quanto às práticas realizadas para a sua efetivação no ambiente escolar e a aplicação dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e africana. A partir de pesquisas e estudos realizados na área como os de Gomes & Jesus (2013), Santana (2006), Luz (2006), Mello (2002), Candau & Anhorn (2000), Conceição (2006) e Lopes (2006), foi realizado um mapeamento das práticas pedagógicas e curriculares dos professores nas escolas Anna Elisa Sobreira, Professor Geraldo Costa, Cândido Regis de Brito e Firmo Santino, localizadas na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. As duas primeiras estando localizadas na zona urbana da cidade e as duas últimas na zona rural e são remanescentes quilombolas. Na pesquisa buscamos identificar práticas pedagógicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como também as dificuldades e motivos que levam os docentes a desconhecerem e muitas vezes a evitarem tal temática.

O objetivo foi o de identificar ações ou práticas que revelem a contribuição desses profissionais ou não para a implementação da Lei no município, bem como são seus conceitos e atitudes diante da obrigatoriedade da mesma. Além de compreender os

motivos que os levam a desconhecerem o que propõe a Lei e suas Diretrizes. Como instrumento metodológico se utilizou um questionário aberto junto aos professores (as), composto por 15 questões objetivas. Foi observado o ambiente físico das escolas, os materiais didáticos usados pelos docentes nas aulas, além de realizamos pequenas entrevistas informais. Os questionários foram entregues a 40 professores (as) dez por escola, porém dos 40 apenas 12 devolveram-no respondido. Dos 12 professores/as que responderam apenas dois participaram de um curso de formação continuada ofertado pelo município a respeito do tema história e cultura afro-brasileira e africana. Na escola Professor Geraldo Costa, a princípio, foi possível perceber que os docentes se mostraram presos a outras atividades, e não tiveram tempo para participarem da pesquisa. Os comportamentos por parte de alguns professores são de negação e inclusive de resistência “entendendo-as como imposição do Estado ou lei dos negros” (GOMES e JESUS, 2013).

As respostas analisadas trazem elementos reveladores de como se manifestam as relações étnico-raciais nessas escolas. Percebe-se a prática de se tratar a questão étnico-racial sem um tema específico, uma vez que questionado acerca da forma de trabalho em sala de aula com a temática história e cultura afro-brasileira e africana, um dos docentes disse que os temas aterrissam a partir das aulas expositivas, cujo ponto de partida é o livro didático. Os temas são tratados a partir de rodas de conversa entre professores (as) e alunos (as), de modo a proporcionar que as crianças entendam a importância da história e cultura afro-brasileira, os males causados pelo preconceito racial e a necessidade de enfrenta-lo.

O não envolvimento da maioria dos docentes com o que propõem a Lei 10.639/003 se relaciona também com os conhecimentos superficiais, confusos e com as imagens estereotipadas que permanecem no imaginário coletivo, assim também como a presença da intolerância religiosa, dados estes também percebidos por Gomes e Jesus (2013), em sua pesquisa denominada: *As Práticas Pedagógicas de Trabalhos com Relações Étnico-Raciais na escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.*

Um dos aspectos que questionamos foi o fato de não se abordar a história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas desde os anos iniciais. Segundo Conceição (2006) professores (as) deste nível de ensino têm dificuldades de trabalhar temas de origem africana acreditando ser impossível que crianças nesta faixa etária (3 a 4 anos) tenham algum tipo de preconceito. Fato percebido na pesquisa. Uma professora mostrou

seu desinteresse em trabalhar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana demandados pela Lei 10.639/2003, alegando o fato de que ela só trabalha com as crianças na faixa etária dos 5 e 6 anos, embora professores (as) reconheçam a importância desse conteúdo.

Os déficits de materiais didáticos são uma realidade em três das quatro escolas. Muitos dos livros não contemplam os conteúdos concernentes a história e cultura Afro-brasileira e africana tornam-se um problema para o trabalho dos professores (as), principalmente tratando-se das séries iniciais. Não obstante, a isso descreveram metodologias desenvolvidas em sala aula onde fazem uso de algum tipo de material, mesmo a escola não possibilitando ferramentas de trabalhos, os professores (as) vão à busca de materiais. Em meio a isso também percebemos, por meio de reflexões, que são perceptíveis poucos esforços são feitos pelos (as) professores (as) para a implementação da Lei 10.639/03, a obrigatoriedade dessa lei aparece como um motivo a repudiá-la e não efetivá-la na prática. Como resultado disso, alguns professores (as) desconhecem os subsídios que chegam à escola, na maioria das vezes os materiais didáticos são ignorados, o que faz com que os educadores realizem apenas reflexões sobre temas isolados e não priorizam a temática étnico-racial em sala de aula.

A respeito dos materiais didáticos, Luz (2006) fala-nos que estes devam apresentar a África destituída das características impostas pelo sistema colonial, como tratam a maioria dos livros didáticos limitando-se apenas a mostrar o trabalho escravo, e apresenta-la viva, em movimento com características e histórias próprias, legitimando suas tradições e influências na formação da sociedade brasileira.

Deve-se pensar em um currículo escolar que enfatize e aproxime o Brasil da África, para que os alunos possam criar sua identidade e saber agir diante de dificuldades e barreiras que se contrapõem entre nós como descendentes de africanos.

Há várias metodologias e recursos que podem ser utilizados por professores/as, entre eles a literatura, sobretudo, a infanto-juvenil, visto que várias obras trazem protagonistas negros, cujas narrativas positivas podem ser utilizadas por professores/as para abordar em sala de aula a história e a cultura afro-brasileira e africana, e assim romper com o “imaginário estereotipado do negro” e promover no ambiente escolar a visibilidade étnico-racial, de modo que todos possam ser representados e valorizados. Nesta perspectiva são pertinentes as seguintes obras literárias: *Bruna e a Galinha D'Angola*, de Gercilga de Almeida, *A Semente que Veio da África*, de Heloisa Pires Lima e Georges Gneka e o conto *Ajaká, Iniciação para a Liberdade* de Deoscoredes

Maximiliano dos Santos, Juana E. dos Santos e Orlando Senna. Este último é bastante relevante por sugerir aproximar a África do Brasil e por possuir uma proposta teórico-metodológica que pode ser utilizada por professores/as quando forem tratar da presença africana no Brasil e sua contribuição na formação da cultura brasileira.

Outro ponto interessante de debate foi a função do PPP nas escolas. Em duas das escolas estudadas, o PPP existe, no entanto, os docentes não sabem informar se as questões referentes às relações étnico-raciais estão contempladas no documento. Em uma escola o PPP não contempla as temáticas e na quarta possui PPP e o mesmo contempla a Lei 10.639/03, porém a grandes dificuldades na realização de práticas regulares a respeito dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e africana.

Na Escola Anna Elisa Sobreira, com relação as comunidades negras e quilombolas existentes no município a desculpa usada para justificar que a escola não proporciona tal contato, apontaram o fato de o município não oferece transporte, o que inviabiliza as visitas em vista da distância entre a escola e as comunidades. Tal fato, segundo o chefe de gabinete responsável pelos transportes escolares do município, não corresponde à realidade, uma vez que “Para se ter um ônibus para a escola, basta antecipadamente mandar uma solicitação e será agendado. Se for para transportar alunos, teremos transporte.” As discussões a partir unicamente do livro didático, se tornam superficiais, uma vez que não passa pelo exercício da prática e não se torna ação concreta na construção de um pensamento diferente entre os alunos. As ações surtem pouco efeito, pois quando observamos as diferentes culturas na sala de aula vimos que não se trata de outra cultura a não ser a narrada na maioria dos livros, uma visão que exclui o índio e o negro da História do Brasil, sobretudo as suas culturas. Essas são apenas citadas em nível de conhecimento, mas de forma pontual e pouco contribui para a quebra da hierarquia cultural. Tais práticas colaboram para que o (a) aluno (a) permaneça sem conseguir fazer a ponte entre a teoria das aulas com a prática do dia-a-dia, e assim não possa se identificar com a cultura do lugar onde vive e passe a negá-la, como um dos professores respondeu: “Os alunos assumem uma postura apática a cultura local por não encontrar na escola a oportunidade de identificar-se com a mesma, repudia porque aprenderam, indiretamente, que esse tipo de cultura tem um valor menor perante as demais, que não é digna de prioridade.”

Após uma década da promulgação da Lei 10. 639/03 esta não se efetivou ainda em todos os recôncavos escolares do Brasil, ações são praticadas ainda a passos lentos e por vezes independentes dos gestores escolares e da Secretaria da Educação.

Percebemos que as ações dos professores apresentam timidez e pouca sintonia com o que propõem a tal lei. A escola na sua realidade não nos educa a perceber a diversidade existente na sociedade, como nos faz lembrar Lopes (2006), dando-nos uma falsa ideia de homogeneização.

A partir das respostas obtidas na pesquisa a respeito da metodologia de abordagem da história e cultura afro-brasileira e africana, parece-nos que tais questões não estão fixas no currículo da escola, as relações entre as distintas culturas não é um tema frequente de estudo, de abordagem, visando à valorização da nossa pertença africana e fazendo, portanto, da perspectiva multicultural um fazer distante da realidade escolar. Foi pensando nessa realidade, que durante a pesquisa dialogamos com alguns pesquisadores que refletem acerca do currículo e do seu caráter eurocêntrico. No entanto, as reflexões sobre currículo não apontam para a substituição do seu caráter eurocêntrico por outro “afrocêntrico”, mas defende que nele sejam incluídas outras expressões culturais as quais fazem parte do processo de formação da humanidade, pessoas dotadas de valores e historicidade.

Indo de encontro à Escola Firmo Santino da Silva, escola quilombola reconhecida pelo MEC, localizada na comunidade de Caiana dos, encontramos de início no espaço físico da escola indícios de uma efetiva valorização da cultura local estando exposta através de banners ao longo dos corredores onde os alunos circulam frequentemente, alguns desses com imagens, essas representando costumes da própria comunidade como a capoeira, a ciranda e o coco de roda, outras com as imagens de Zumbi dos Palmares e do Senhor Firmo Santino da Silva que foi um dos fundadores da comunidade, o qual também a Escola leva o nome, mostrando assim a força da resistência quilombola, outros desses banners são de incentivo à cultura e de valorização da mesma, de projetos que já foram trabalhados nesse ambiente com o apoio do governo do Estado e até mesmo de uma premiação federal que a Escola ganhou no ano de 2010, premiação essa correspondente a “Educação para a igualdade racial pela sua experiência exitosa a respeito da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Vale ressaltar que sempre que há festividades e comemorações na comunidade, na maioria das vezes são realizadas na escola onde sempre busca-se trazer para essas manifestações as cirandeiras do local e o coco de roda com suas respectivas apresentações, havendo assim a reafirmação da cultura local e o repasse desta para as gerações descendentes, dessa forma se concretiza o que Lopes (2006) afirma como

“condições para exercitar uma relação de ajuda e partilha, de modo que todos possam se apropriar, em igualdade de condições, da história, dos saberes e fazeres dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade brasileira”.

Os ícones físicos da Escola Firmo Santino da Silva não se encontram unicamente expostos nos corredores, mas também nos ambientes internos, na sala dos (as) professores (as). Foram encontrados quadros que representam personagens sacros católicos negros, remontados em espaços com ares africanos, refazendo-se assim a presença das premissas africanas/quilombolas, ou seja, suas origens numa perspectiva cristã católica. Diante a isso Conceição (2006) discute que:

Desenvolver práticas educativas a partir destas situações tem sido importante para que educandos e educadores conheçam histórias e culturas das populações negras, desmistificando o tema e tornando positiva e real a participação dos africanos e afro-brasileiros na história nacional. (Conceição 2006. p. 27)

Nessa escola de acordo com o recolhimento dos questionários respondidos foi possível perceber que esses conteúdos, os de História e Cultura Afro-brasileira e africana, na realidade não vem sendo trabalhado da maneira que deveria, ou seja, a atenção para a prática desses conteúdos não vem se constituindo uniformemente. Essa constatação foi adquirida desde o primeiro contato com os professores quando foi mencionado que a ida a Escola tratava-se de uma pesquisa ligada às relações étnico-raciais e à Lei 10.639/2003. As atitudes durante a recepção dos questionários foram de que alguns analisaram os questionários e não quiseram responder, houve os que alegaram falta de tempo ou que não participaram da formação continuada e também um dos professores que agiu com indiferença a pesquisa e não quis se pronunciar.

Dessa escola, dois professores (as) entregaram os questionários respondidos de três que aceitaram responder. Em resposta, ambos os (as) professores (as) afirmaram que trabalham os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula e que não se prendem unicamente ao livro didático visto que este não tem subsídios necessários para a aplicação devida da temática e que se auxiliam de livros literários os quais são mandados à Escola pelo Governo Federal/MEC e também incrementam as aulas com músicas de ritmos afro-brasileiros, inclusive com as músicas de cultura local como as cirandas, rodas de conversa, debates, textos e contos afro-brasileiros e africanos, aulas expositivas, etc. E com relação às atitudes dos gestores, os professores

deixam claro que os gestores apoiam e os deixam livres para escolherem as suas temáticas e montarem seus currículos específicos de cada matéria que irão lecionar, logo, não há impedimentos para que se trabalhem as especificidades do conteúdo discutido.

Um dos professores (este participou da formação continuada), ao responder o questionário chamou atenção pelo seu interesse quando se perguntou a importância que a tem a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e este respondeu que é um conteúdo de grande importância, pois faz parte da formação do sujeito brasileiro e que, para que isso seja repassado aos alunos, não se prende unicamente a ações pontuais e datas comemorativas e que sempre procura incluir em suas atividades a temática inclusiva étnico-racial e o mesmo ressalta que trabalha inclusive com as religiosidades de matriz africana, visto que este é um conteúdo de relativa complexidade de aceitação e que pelo único motivo de tanto a escola como a comunidade serem quilombolas já bastaria para serem utilizados os conteúdos pertinentes à Lei. Está sendo aí exercitado o que rebusca a Lei 10.639/003:

Deve constituir-se em ambiente educativo, acessível à comunidade à qual serve, em que se respeita o outro, em que se dá visibilidade a todos, combatem-se as discriminações, busca-se eliminar os preconceitos e são desfeitos os estereótipos, estimulando a auto-imagem e a auto-estima positivas e promovendo a igualdade étnicorracial, pelo reconhecimento da diversidade e pela desconstrução das diferentes formas de exclusão. (Lopes 2006. p. 31)

Como repercussão dessa atitude agente, o professor relatou que percebeu mudanças no comportamento dos alunos, principalmente os do fundamental I, eles se mostram mais sociáveis e tranquilos com sua identidade étnica. E também como resposta, ambos os professores que responderam os questionários expõem e reconhecem a importância de incluir nas atividades e no currículo as relações étnico-raciais, pois o professor estará sendo o mediador dos direitos e deveres dos alunos como sujeitos cidadãos críticos e conscientes, visto que os alunos passarão a conhecer o seu próximo e a si mesmo, ressaltando suas raízes e pertencas afro-brasileiras e africanas, constituindo assim um (auto)respeito através das visões de suas representações, representações essas que devem estar associadas não só a conteúdos/teorias, mas também a ambientação e costumes dessas práticas, para que todos se vejam representados e se sintam acolhidos

na diversidade que é formada a sociedade brasileira. Santana (2006) nos aborda com relação a diversidade que:

Os Parâmetros Curriculares sugerem que os docentes atuem com uma proposta de respeito às diversidades existentes no espaço da sala de aula, diversidades estas compostas de docentes e alunos que diferem em suas formas de ver, sentir, pensar, comer, cultuar seus deuses. (Santana, 2006. p. 41)

E como reafirmação dessas estruturas, Lopes (2006) constata:

Esta diversidade de que estamos falando está presente, também, na escola, muito embora nem sempre isto seja objeto de preocupação por parte das autoridades educacionais, gestores escolares e professores. É urgente pensar e promover mudanças em direção a uma escola cidadã, comprometida com os direitos humanos e a construção de identidades que respeitem a contribuição de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira. (Lopes, 2006. p. 30)

De acordo como sejam trabalhados e estudados, quando feitos, os conteúdos para as relações étnico-raciais podem abrir novos horizontes e oportunidades para a diversidade e para as relações democráticas político-sociológicas, constituintes da nação brasileira, bem como para o conhecimento de valores e a construção de identidades e agentes do processo/constructo histórico-social.

Na escola Cândido Régis de Brito, o número de questionários que não retornaram foi enorme, visto que dez questionários que foram entregue apenas um foi respondido, com isso, já se pode identificar que os (as) professores (as) têm receio em discutir as questões étnico-raciais, sendo que este medo já é fruto de uma formação capenga, além disso, vê-se que os docentes que foram questionados na Pesquisa **Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais em Escolas da Educação Básica-Paraíba: 2003/2013**, que afirma que os docentes participantes dessa pesquisa não tem formação continuada em relação à cultura e história afro-brasileira e africana.

Desta maneira, identifica-se que um dos empecilhos que os (as) professores (as) têm em discutir sobre essas questões é o fato de estarem despreparados, ou seja, a falta de formação impede que estes (as) professores (as) abordem os assuntos étnico-raciais na sala de aula, visto o receio e a falta de conhecimento do assunto. E isso fica visível nas conversas e das análises dos questionários quando os mesmos frisavam que só

trabalhavam em datas comemorativas como o 20 de Novembro no mais o trabalho que existe é de cunho individual, isto significa que não existe um trabalho coletivo, sendo mais uma dificuldade existente.

Porém, sabendo que o (a) professor (a) sendo o sujeito (a) que leva esse conhecimento ao corpo discente e, por isso, é preciso estar atento a como estar acontecendo essa passagem e construção de aprendizado, é preciso também que a responsabilidade não seja só atribuída ao corpo de professores (as) que compõe a escola, mas também as políticas dos (as) gestores (as), tanto da escola como do município junto com a secretaria de educação. Por isso, fica visível que a formação é importantíssima para que a efetivação da cultura afro-brasileira e africana seja realmente abordada dentro da escola. Nessa escola, como nas demais, observamos que o livro didático é uma ferramenta muito utilizada, porém, ele não aborda de maneira intensa esses conteúdos, visto a sua influência europeia, contudo, existem materiais, como vídeo, revistas e livros que são financiados pelo governo que vem pra escola, porém, uma minoria de professores (as) utiliza.

Isso mostra também a falta de sensibilidade dos docentes em relação a ter um interesse maior em ensinar a história e cultura afro-brasileira e africana, ou seja, a quantidade de materiais disponíveis na referida escola é bem considerável, mas o interesse desses profissionais é mínimo. Então, o problema não é só a falta de formação, mas também a preocupação que os (as) professores (as) não tem nas abordagens e na consequente valorização da cultura afro-brasileira e africana.

São um conjunto de fatores, que de fato dificultam a efetivação da lei 10639/2003 nas escolas escolhidas como campo da pesquisa, visto que é importantíssimo ter professores capacitados, até por que as práticas se tornaram mais coerentes e estes profissionais mais competentes, no entanto, é necessário também que estes (as) professores (as) se interessem mais, que valorizem mais e que se reconheçam como formadores de conhecimento e de valorização das culturas.

Quanto à utilização dos assuntos ligados a questão étnico-racial o que existe é a marginalização desses conteúdos por parte do corpo docente dessas escolas, visto ser herança da formação que os (as) professores (as) tiveram. Portanto, a formação de professores (as) junto com a sensibilidade dos (as) professores (as) são de fato meios importantíssimos que vão levar essa discussão para esse espaço multicultural que é a escola e conseqüentemente para a sociedade, contudo, a lei é para todos e sendo assim, devia-se trabalhar mais conjuntamente, uma vez que é dever de todos docentes cumpri-

la, isso para que exista um trabalho efetivo e coletivo dessas práticas pedagógicas em torno da valorização da história e cultura afro-brasileira e africana.

É possível concluir que os (as) professores (as) das escolas pesquisadas estão cientes do que pede a Lei 10.639/03, que suas práticas demonstram o conhecimento da temática, porém se limitam a atividades pontuais e pouco acrescenta aos alunos no que se refere a cultura afro-brasileira e africana. Os educadores entrevistados apresentaram poucas iniciativas para fazer cumprir a lei. Deram desculpas já decoradas pela maioria, onde não lhes cabe responsabilidade na efetivação dessa lei, e não apresentaram uma perspectiva de mudança ou de resistência a um suposto sistema ao qual estariam eles presos, são muitas vezes passivos, não se identificam com a cultura e história afro-brasileira e africana e por isso mostram repúdio, mas principalmente por não compreenderem a lei como um benefício, mas entendem como obrigação; razão porque não se interessam para efetivá-la. Seriam estes dados possíveis resposta ao fato de professores (as) se negarem a participar das formações oferecidas pela Secretaria de Educação do município e/ou Seminários gratuitos direcionados a eles, uma vez de as formações tem caráter reformista na forma de educar, inclusive na grade curricular. Desse modo se espera que mudanças aconteçam, quando vem de cima para baixo, ou seja, muito se quer, porém pouco se faz para alcançar a meta. A inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é uma tecla por demais batida, conforme disse um professor: “uma tecla muito batida, mas que a gente sabe que fica só na teoria”. As ações realizadas de forma pontual pelos professores, não trazem nenhuma mudança de comportamento. Essas práticas restritas a determinado dia, momento de sala de aula, ou comemoração especial, para eles são ações tranquilizadoras de consciências.

Referências

CANDAU, Vera Maria; GABRIEL, Carmen Teresa Anhorn. A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária. In: Vera Maria F Candau. (Org.). **Sociedade Educação e Cultura (s):** questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONCEIÇÃO, Regina. **As Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira na Educação Infantil.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, TV Escola. Boletim 20, p. 21-27, outubro, 2006.

LOPES, Véra Neusa. **Diversidade Étnico-racial no Currículo Escolar do Ensino Fundamental.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, TV Escola. Boletim 20, p. 28 – 37, outubro, 2006.

MELLO, André da Silva. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança.** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa 2002.

NILMA, Lino Gomes; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003:** desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. UFPR, 2013.

_____, Lino Gomes. **Educação, identidade negra e formação de professores (as):** Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. São Paulo, 2003

SANTOS, Simone. **Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, Tv Escola. Boletim 20, p. 1-7, outubro, 2006.

